



Índice Sistemático

<i>Obras do Autor</i>	XI
<i>Abreviaturas e Siglas Usadas</i>	XIII
<i>Prefácio</i>	XV
<i>Apresentação</i>	XVII
 Capítulo I – Objeto e Aplicação	1
1.1. Introdução	1
1.2. Objetivos	3
1.3. Natureza jurídica	10
1.4. Autonomia	12
1.5. Jurisdição	14
1.6. Competência	16
1.7. Aplicação	18
1.8. Pressupostos para o início da execução	22
 Capítulo II – Da Assistência ao Preso e ao Interno	25
2.1. Introdução	25
2.2. Assistência material	27
2.3. Assistência à saúde	30
2.4. Assistência jurídica	34
2.5. Assistência educacional	36
2.6. Assistência social	37
2.7. Assistência religiosa	39
2.8. O trabalho prisional	40
2.9. Assistência ao egresso	43
 Capítulo III – Dos Deveres, dos Direitos e da Disciplina Prisional	47
3.1. Introdução	47
3.2. Dos deveres do preso	50
3.3. Dos direitos do preso	51
3.4. A disciplina prisional	57
3.4.1. Faltas disciplinares	60
3.4.2. Sanções disciplinares	62
3.4.3. O regime disciplinar diferenciado	64
3.4.4. Recompensas	68
3.4.5. Procedimento disciplinar	71
3.4.6. Consequências das faltas	74
 Capítulo IV – Dos Órgãos da Execução Penal	77
4.1. Introdução	77

4.2. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	79
4.3. Juízo de Execução Penal	82
4.3.1. Aplicação da lei mais benéfica ao réu	85
4.3.2. Extinção da execução	86
4.3.3. Unificação de penas	88
4.3.4. Progressão e regressão de regime	89
4.3.5. Detração e remição de pena	93
4.3.6. Suspensão condicional da pena	95
4.3.7. Livramento condicional	95
4.3.8. Outras atribuições	97
4.4. Ministério Público	98
4.5. Conselhos Penitenciários	100
4.6. Departamentos Penitenciários	102
4.7. Patronatos	104
4.8. Conselhos da Comunidade	105
4.9. Defensorias Públicas	107
 Capítulo V – Dos Estabelecimentos Penais	109
5.1. Introdução	109
5.2. Penitenciárias	119
5.3. Colônias penais	121
5.4. Casas de albergados	122
5.5. Centros de observação	124
5.6. Hospitais de custódia e de tratamento psiquiátrico	125
5.7. Cadeias Públicas	127
 Capítulo VI – Execução das Penas e da Medida de Segurança	129
6.1. Introdução	129
6.2. Execução definitiva e provisória	131
6.3. Execução da pena privativa de liberdade	135
6.3.1. Guias de recolhimento e de internamento	137
6.3.2. Os regimes prisionais	139
6.3.3. Progressão de regime	143
6.3.4. Regressão de regime	149
6.3.5. Autorização de saídas	151
6.3.6. Remição de pena	153
6.3.7. Livramento condicional	155
6.4. Execução da pena restritiva de direitos	158
6.5. Execução da pena de multa	164
6.6. Execução da medida de segurança	166
 Capítulo VII – Dos Incidentes de Execução	171
7.1. Introdução	171
7.2. O procedimento judicial	173
7.3. Das conversões	175
7.4. Excessos e desvios	178

7.5. Indulto e comutação de pena	180
7.6. Unificação de pena	183
7.7. Uso de algemas	185
7.8. A prisão domiciliar	187
 Capítulo VIII – A Pena Privativa de Liberdade no Brasil	189
8.1. Introdução	189
8.2. Tipos de prisão processual	200
8.3. Prisão preventiva	207
8.4. A prisão temporária	210
8.5. A prisão de pronúncia	211
8.6. A prisão por condenação	214
8.7. A prisão civil	216
8.8. A prisão especial	218
 Capítulo IX – Soluções para a Crise Carcerária Brasileira	225
9.1. Introdução	225
9.2. Construção de presídios	230
9.3. Aplicação das penas restritivas de direito	232
9.4. Um Código Penitenciário Federal	241
9.5. Dignidade ao preso	244
9.6. Vistorias e revistas	249
9.7. Política de segurança pública	251
9.8. Políticas sociais ao egresso	257
9.9. Política de direitos humanos	260
9.10. Efetividade da Lei de Execução Penal	267
9.11. Posição doutrinária	270
 Anexo – Modelos de Decisões	289
Bibliografia	317